

2. A ABORDAGEM COMUNITÁRIA DOS PROGRAMAS DO MOBREAL.

No momento em que o MOBREAL se empenha em desenvolver suas atividades, fundamentado em pressupostos básicos de Educação Comunitária e Ação Comunitária, fez-se necessário que os objetivos dos Programas, bem como sua operacionalização, fossem equacionados em função desses pressupostos.

De acordo com essa linha de trabalho, as Gerências do MOBREAL desenvolveram estudos, tanto a nível nacional quanto a nível estadual/territorial, que resultaram em propostas com aspectos comuns e aspectos específicos de cada programa.

Aspectos comuns.

O desenvolvimento dos Programas deve ser efetivado atendendo aos seguintes referenciais:

- . considerar os interesses, necessidades, limites e possibilidades das comunidades;
- . basear-se em diagnóstico social participativos;
- . incorporar conteúdos locais e possibilitar formas próprias de operacionalização;
- . ampliar a participação de pessoas/grupos envolvidos em determinado programa, no sentido de atuarem de modo mais diversificado e abrangente;
- . contribuir para a autodeterminação dos grupos, reforçando-se tecnicamente e de forma contínua, este processo de autodeterminação;
- . resultar de negociações com os municípios, inclusive para o estabelecimento de metas;
- . representar ofertas do nível central aos níveis estadual/

. enfatizar os aspectos qualitativos no acompanhamento e controle dos Programas, através de maior sistematização das informações.

O mesmo estudo considerou a necessidade de maior integração entre os Programas do MOBREAL, em todos os níveis. Enfatizou ainda a importância da aproximação com outras entidades. Foi considerada aspecto fundamental a capacitação permanente dos recursos humanos de todos os níveis da organização em Educação Comunitária.

Por outro lado, algumas medidas operativas, tais como: reuniões comunitárias, articulação de lideranças institucionais com as da população e identificação e fortalecimento de formas de organização comunitária, precisam ser dinamizadas para que a comunidade possa encontrar soluções mais adequadas aos problemas locais.

A concretização dessas medidas seria facilitada com adequadas modificações de funcionamento a nível de SUSUG, COEST/COTER/COMET e COMUN, de modo a viabilizar e dar continuidade ao trabalho comunitário, garantindo um canal de comunicação entre as bases municipais e o nível central e vice-versa.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA PARA A SAÚDE

A saúde, diagnosticada como um dos problemas fundamentais da realidade da população carente, contém em si mesma um forte potencial mobilizador - motivo que, objetivamente, estimula a população a buscar as soluções mais adequadas para os seus problemas.

Em decorrência dessa peculiaridade, o Programa tem trazido constantemente a possibilidade concreta de aprofundamento ainda maior da proposta de trabalho comunitário.

Desse processo resulta a possibilidade do direcionamento das atividades do PES para um trabalho comunitário, desenvolvendo propostas que favoreçam a autonomia dos grupos participantes,

quer com recursos de Prefeituras, entidades e do próprio MOBRAL, quer sem suporte financeiro externo, ou seja, com animadores voluntários.

A manutenção desses grupos faz-se através de ações planejadas e financiadas pelo próprio grupo, bem como outras formas de caráter informal, expressas normalmente pelo ASSOCIATIVISMO. São exemplos dessas atividades as hortas e roças comunitárias, comissões de água e luz, entre outras.

O aproveitamento de grupos já existentes na comunidade deve ser incentivado, desenvolvendo-se um trabalho junto às lideranças, inclusive para a própria escolha dos monitores dos grupos participantes, a partir de discussões das necessidades de saúde.

A regionalização dos recursos institucionais deve estar presente desde a decisão dos materiais a serem utilizados até a própria concepção/produção desses recursos pelos níveis locais, procurando-se uma maior diversificação de atuação para atendimento às peculiaridades e necessidades locais.

Por outro lado, adquire uma dimensão cada vez maior a articulação com a área de saúde, viabilizada através do desenvolvimento de algumas experiências conjugadas com os vários órgãos desse setor. Certas entidades podem vir a oferecer um espaço para o desenvolvimento integrado da proposta educativa/comunitária do PES. Nesse aspecto, é fundamental reforçar o exercício dessas possibilidades de articulação e aproximação, buscando as maneiras de ocupar esse espaço.

PROGRAMAS PEDAGÓGICOS

O próprio princípio da funcionalidade que embasa os programas pedagógicos - PAF, PEI e Autodidatismo -, deve possibilitar o desenvolvimento do trabalho de ação comunitária, intimamente integrado às atividades da comunidade.

É importante a discussão dos problemas da comunidade e o planejamento de trabalhos comunitários a serem desenvolvidos com as classes formadas, sempre que possível partindo do cartaz gerador.

A própria implantação dos Programas Pedagógicos deve resultar de planos de ação de cada comunidade, que determinará quais os programas que efetivamente atendem às suas necessidades e o modo de implementá-los. Assim, a auto-gestão comunitária é possível graças à flexibilidade quanto à introdução de conteúdos locais, formas de agrupamento dos participantes e periodicidade dos Programas.

O enriquecimento do material didático será sempre possível, voltado para a Educação Comunitária e elaborado, tanto pela equipe do MOBREAL Central, como pelos grupos locais que criam seus próprios materiais, vinculados aos seus interesses.

Tal enriquecimento deve também ser dirigido no sentido de acrescentar conteúdos relativos à AÇÃO COMUNITÁRIA, inclusive na linha de como desenvolver esse trabalho com o grupo de alunos.

Todo esse processo tem condições de se firmar, a partir da capacitação de alfabetizadores, professores e monitores, devendo ser elaborados, para esse fim, materiais simples, de fácil manuseio, contendo os princípios metodológicos básicos dos programas pedagógicos, dentro de uma perspectiva da EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA.

O Programa de Educação Integrada, que possibilita a continuação dos estudos iniciados no Programa de Alfabetização, depende, para sua realização, de entidades convenientes, tais como as Secretarias de Educação e Cultura Estaduais e Municipais, entre outras. Para que isso ocorra, deve ser dada ênfase à mobilização e conscientização dessas entidades, desde o início do processo de Ação Comunitária.

O autodidatismo deve ser encarado como uma oferta alternativa de atendimento com prioridade para a clientela de zona rural e áreas rarefeitas, procurando atender basicamente aos egressos do PAF e alfabetizadores.

TECNOLOGIA DA ESCASSEZ

Ampliar e/ou aprofundar seu campo de atuação, de acordo com as necessidades e reivindicações da clientela, fundamentadas na pesquisa de campo, caracterizando-se assim um trabalho comunitário. Cabe ao MOBRAL Central catalogar e registrar essas práticas locais, pois seu objetivo é atingido na medida em que elas são difundidas nacionalmente.

Nesse sentido devem ser consideradas as necessidades da clientela, o aproveitamento dos recursos humanos, materiais e tecnologias locais, de modo a oferecer alternativas mais

adequadas nos campos de habitação, saúde, nutrição, saneamento, entre outros e deve registrar-se grande intercâmbio das técnicas populares entre as várias comunidades brasileiras.

O processo de avaliação deve incorporar a participação da população, observando-se o grau de absorção e utilização da clientela em relação aos conteúdos do Programa e seus resultados. Do mesmo modo, essa participação deve ser dirigida para a própria formulação dos conteúdos do Programa, bem como para a descoberta/disseminação das técnicas nos grupos formados a partir de outros Programas, consolidando assim sua funcionalidade.

Existe a possibilidade de se chegar à formação de Associações de Tecnólogos Populares, Cooperativas de Produção, bem como à organização de mutirões usando as técnicas populares para captação, tratamento e abastecimento d'água, entre outras.

PROGRAMA DIVERSIFICADO DE AÇÃO COMUNITÁRIA

O PRODAC se constitui num programa que tem por objetivo geral promover uma prática educativa que permite à população envolvida o aprendizado da participação social e por objetivos específicos aqueles oriundos da própria comunidade, isto é, a busca de soluções para seus problemas concretos.

O PRODAC é entendido como um programa com conteúdos diversificados, uma vez que estes são gerados a partir das necessidades apontadas pela população e variam de acordo com as situações encontradas.

A partir de pressupostos básicos - apresentados na primeira parte desse documento - o PRODAC desenvolve uma prática educativa que leva a população alvo a se apropriar de conhecimentos, elaborar propostas e agir no sentido de mudar suas condições de vida.

Nesta prática educativa, as diversas atividades desenvolvidas, que são importantes na medida em que contribuem para o desenvolvimento das comunidades e bem estar de seus membros, não são um fim em si mesmas, mas um meio para o aprendizado da participação social.

PROGRAMA CULTURAL

As atividades culturais crescem em dimensão, no momento em que as próprias comunidades passam a gerir seus planos de trabalho, consolidando assim a tendência de autonomia, através de descentralização crescente.

Essa assertiva vem se concretizando principalmente com a ênfase na atuação junto às bases, a interiorização do Programa, a valorização e aproveitamento de manifestações locais ainda não veiculadas pelos meios de comunicação.

As unidades operacionais vinculadas à área cultural (Postos, MOBRALTECAS, mini-mobraltecas, tendas, e mini-postos culturais) se redimensionam para atender ao MOBRAL como um todo, transformando-se em agências de Ação Comunitária. O Posto Cultural poderá ser rebatizado com o nome de Posto Comunitário. A implantação dessa unidade está na dependência direta da aceitação do Programa por grupos representativos da comunidade.

Esses grupos (de teatro, folclore, associações de alunos e ex-alunos, corais, grêmios literários, grêmios de poesia, conjuntos musicais, bandas) devem ser constituídos por pessoas de interesses comuns, que tenham uma atuação efetiva e diversificada e que desenvolvam concretamente um trabalho comunitário.

Caberá ao MOBRAL manter a motivação desses grupos para sua continuidade e continuidade do programa cultural, sendo os próprios grupos mobilizados para o trabalho em torno da cultura da comunidade, inclusive, participando do trabalho no Posto Comunitário.

Acreditando que, nessa ótica, o Posto Comunitário seja muito mais pertencente à comunidade, o interesse pelo seu funcionamento permite prever a preocupação em enriquecê-lo com material local e dinamizá-lo de forma a ser uma unidade fixa da comunidade.

Há necessidade de que o Programa Cultural seja repensado, principalmente na adequação de material, linguagem e atividades para atender às características locais. Muito do que já se tem proposto seria adequado mas, possivelmente, é esse o momento de se descobrir uma forma diferente de mobilização e abordagem das comunidades para promoção do que o MOBREAL ainda tem a oferecer.

Deve-se ressaltar que a implementação de uma prática educativa através da Ação Comunitária tem melhores condições de eficácia se parte, também, das formas organizativas que emergem das culturas locais.

PROGRAMA DE PROFISSIONALIZAÇÃO

As ações desenvolvidas na área de profissionalização — orientação e informação profissional, cursos de qualquer modalidade — deverão, sempre que possível, ser relacionadas às iniciativas locais e/ou regionais que visem a um desenvolvimento econômico-social.

Dentro desse enfoque, a área de profissionalização/trabalho no MOBREAL, passa a ser operacionalizada numa perspectiva de Ação Comunitária.

Nesse sentido, define-se claramente como apoio e complemento às atividades desenvolvidas pelos demais programas que, em seus trabalhos de Ação Comunitária, procuram atender às necessidades detectadas na comunidade: habitação, alimentação, alfabetização, saúde etc. É importante lembrar que esses trabalhos apresentam, objetivamente, um potencial aglutinador.

Deve-se explorar, também, cada vez mais, o aspecto educacional da profissionalização/trabalho, aproveitando e incentivando a organização de grupos de ajuda mútua, associações e núcleos de cooperativismo.

Esses são alguns referenciais que seriam interpretados e

viabilizados pelos elementos que coordenam, orientam e supervisionam as atividades de campo.

Sugerimos, também, algumas idéias para a operacionalização, que poderão ser adequadas às várias circunstâncias de execução:

- A participação com outras atividades em trabalhos integrados é algo que deverá ser explorado intensamente, cabendo à equipe estadual um papel fundamental no sentido de adaptar e ajustar as propostas da instituição envolvida e do MOBRAL.
- O trabalho conjunto com grupos comunitários existentes, a nível de município — localidade, deve ser considerado como um suporte das atividades de profissionalização.
- A administração dos programas da área de profissionalização do MOBRAL, dadas suas características diferenciadas quanto a objetivos e metodologias, deve levar em conta as potencialidades que eles possuem para o enriquecimento do processo de Ação Comunitária.

O PETRA, por exemplo, que é um programa muito identificado com esse processo, e que apresenta uma flexibilidade administrativa e de conteúdo no que se refere ao atendimento das características locais, é mais facilmente absorvido pela comunidade.

A partir dessas colocações, o que se deseja é que os vários programas sejam efetivamente encarados e explorados como alternativas que cubram as demandas da área profissionalização-trabalho dentro de uma perspectiva de ação comunitária, sem privilegiar, em princípio, esta ou aquela modalidade.

Além de se buscar um maior relacionamento com instituições e agências externas, é importante e necessário que se identifiquem as possibilidades de atuação com outros programas, projetos, atividades do MOBRAL, tais como:

- . Exploração das feiras de profissionalização culturais como

situações de orientação e informação profissional e, dependendo das circunstâncias, como pontos de comercialização para a produção local.

. Reforço às iniciativas das agências culturais do MOBREAL na formação dos "clubes de artesãos", uma vez que, por meio desse tipo de ação conjunta, as agências de profissionalização estariam também desenvolvendo ações de apoio a núcleos de produção artesanal.

. Projetos de melhoria e/ou construção de habitações populares, ou outras benfeitorias comunitárias, nos quais o PETRA passa a ser viabilizado.

. Projetos na área da Tecnologia da Escassez, onde poderão ser incluídos treinamentos (várias modalidades) que visem a multiplicação de tecnologias simplificadas nas áreas de saúde, saneamento básico, beneficiamento de matérias-primas, indústrias caseiras (alimentação, vestuário, etc.).

3. REFERENCIAIS OPERACIONAIS - A EXPERIÊNCIA DE CAMPO

As COEST/COTER, durante o último Encontro de Coordenadores, relataram experiências que já vêm desenvolvendo, com vistas à implantação/consolidação da Ação Comunitária do MOBRAL.

Desse depoimento do campo, pode-se constatar:

- A estrutura organizacional do MOBRAL, que tem na centralização do controle e descentralização da ação um de seus princípios fundamentais, vem permitindo uma certa flexibilidade quanto ao modo, ritmo e abrangência da Ação Comunitária.

- A Ação Comunitária do MOBRAL vem sendo viabilizada através de seus diferentes programas, na medida em que estão inseridos na realidade de cada local/município, - sendo o PAF e o PES os mais propícios - e através do PRODAC (ou PRODAC com outras Entidades).

- No processo de implantação de Ação Comunitária, que é tão mais participativo, e, portanto, mais educativo, quanto mais ouve a comunidade/população, tende-se a considerar que a abertura dos espaços de participação social e a negociação contribuem para a consolidação dos grupos e a permanência dessa Ação Comunitária, provocando, assim, o surgimento e fortalecimento de formas de associativismo mais complexas, tais como, Cooperativas, Associações, Conselhos de Moradores, Centros Comunitários.

- No processo de implantação da Ação Comunitária observa-se uma tendência a aplicar metodologias diversificadas em função da realidade onde esse processo irá se desenvolver (áreas metropolitanas, cidades pólo de desenvolvimento, micro/macro regiões, municípios), levando em conta o ritmo de cada grupo.

- No processo de implantação da Ação Comunitária deve-se buscar desenvolver mecanismos que neutralizem e minimizem interferências

que, ao colocarem em risco a proposta participativa/educativa, oportunizam o surgimento de mecanismos de manipulação dos grupos/população.

- A Ação Comunitária do MOBRAL dá oportunidade à criação de mecanismos com vistas ao reconhecimento social de grupos/profissões economicamente marginalizadas (biscateiros, carroceiros, lavadeiras e outros), bem como ao encaminhamento de suas reivindicações à área política-administrativa, tais como Prefeitura, Governo do Estado etc., para obtenção de melhores condições de vida e de trabalho.

- Na integração com outras Entidades pode-se considerar, como possíveis dificuldades e até bloqueios de ação, a confrontação de metodologias e práticas de ação divergentes, a partir da filosofia de trabalho que, em certas Entidades, tem características assistencialistas/paternalistas e, em outras, se orienta numa linha mais participativa.

- A capacitação dos Recursos Humanos das COEST/SUSUG/COMUN/Monitores é necessária, com vistas à aquisição de embasamento teórico que lhes permita operacionalizar a proposta de Ação Comunitária de forma educativa.

- A participação do SUSUG é considerada fundamental no processo de implantação e sustentação da Ação Comunitária, sendo, oportuna, nesse sentido, sua ampliação - incorporando os Auxiliares Comunitários - e redefinição de funções.

Através da análise dos referenciais extraídos da prática educativa que as COEST/COTER vêm desenvolvendo, puderam ser referendadas as colocações feitas pelas Gerências em seus estudos, a nível de intenções e conceitos operativos, quanto à proposta de Ação Comunitária do MOBRAL.

4. Linhas Gerais para a operacionalização da AÇÃO COMUNITÁRIA.

4.1. Critérios para a implantação/implementação da AÇÃO COMUNITÁRIA.

A análise dos referenciais que norteiam o trabalho do MOBRAL nessa área e o próprio trabalho educativo que vem sendo desenvolvido pelas COEST/COTER/COMET deixa claro que todos os programas do MOBRAL - na medida em que se orientam por uma filosofia centrada na promoção humana e por princípios da funcionalidade/globalidade - trazem em si um potencial para um trabalho de AÇÃO COMUNITÁRIA.

O trabalho do MOBRAL ao longo desses anos tem revelado que os seus programas, quando orientados por esses princípios, tendem a extrapolar os seus limites estritos, indicando sempre a necessidade de uma atuação educativa mais ampla, centrada no homem.

Nesse sentido, foi possível traçar algumas linhas estratégicas para a implantação/implementação da AÇÃO COMUNITÁRIA do MOBRAL com base no que vem efetivamente ocorrendo, embora ainda não de forma sistematizada.

Decidindo-se pois a Organização por implantar/implementar a AÇÃO COMUNITÁRIA a curto prazo no maior número possível de municípios, essa opção configura-se como possível, na medida em que o trabalho da AÇÃO COMUNITÁRIA passa a ser desenvolvido a partir dos Programas do MOBRAL já implantados.

Considera-se ainda como partes fundamentais dessa estratégia a ampla divulgação dos trabalhos de AÇÃO COMUNITÁRIA em desenvolvimento e a delegação às COEST/COTER/COMUN de poder decidir quanto ao modo de desenvolver o trabalho.

4.2. Parâmetros para caracterização do trabalho de AÇÃO COMUNITÁRIA do MOBREAL.

Para que o MOBREAL tenha segurança quanto ao trabalho de AÇÃO COMUNITÁRIA que desenvolverá e divulgará a nível nacional, é fundamental que se caracterize quando está ocorrendo a AÇÃO COMUNITÁRIA e quando os grupos existentes são realmente grupos de AÇÃO COMUNITÁRIA.

Podemos dizer que a prática educativa do MOBREAL se faz através da AÇÃO COMUNITÁRIA quando os pressupostos teóricos/operacionais já discutidos (capítulos 1º, 2º e 3º) estão sendo operacionalizados, ou seja, sempre que:

- as populações e os grupos existentes puderem escolher aqueles conteúdos que serão trabalhados (saúde, profissionalização, cultura, alfabetização etc.), a partir de um diagnóstico de suas situações de vida;
- o diagnóstico for elaborado com a real participação dos educandos, e exprimindo as necessidades/expectativas das populações;
- os grupos existentes puderem traçar e encaminhar (no sentido do agir) as suas próprias propostas para a melhoria de suas condições de vida;
- os grupos existentes puderem se organizar e se fortalecer, cada vez mais, através da criação de Conselhos Comunitários, Associações etc., a partir dos pequenos grupos iniciais, caminhando em direção à administração das ações desenvolvidas e atingindo assim a sua progressiva autodeterminação.

4.3. Sugestões Operacionais

A consolidação da AÇÃO COMUNITÁRIA ocorrerá através de estratégias específicas de cada COEST/COTER/COMET, baseadas nas linhas gerais traçadas pela organização.

Uma série de sugestões podem ser levantadas, a partir da experiência que o MOBREAL já possui.

Em relação à estratégia de implantação

São as COEST/COTER/COMET que têm condições de escolher através de que programa deve ser implantado ou implementado o trabalho de AÇÃO COMUNITÁRIA em seus municípios.

Uma das opções é o PRODAC, programa cuja especificidade é a própria AÇÃO COMUNITÁRIA, e que procura identificar/fortalecer grupos para desenvolver esse trabalho.

Algumas características do município facilitam a implantação do PRODAC, tais como: existência de alguns grupos comunitários já formados e atuando no município, boa receptividade das lideranças institucionais (principalmente o Prefeito), existência de outras entidades no município demonstrando certa vitalidade e interesse em trabalho conjunto, etc.

O diagnóstico das necessidades/expectativas é feito, no PRODAC, fundamentalmente, através da troca de conhecimentos entre agente e população, e os grupos são fortalecidos a partir da motivação originada pela discussão dos seus problemas. A manutenção da atuação dos grupos será consequência do seu crescimento natural, estimulado pelas ações desenvolvidas em conjunto.

Aqui os demais programas do MOBREAL surgem, pois, do aparecimento, nos grupos, de necessidades específicas às quais esses programas respondem. Nesse sentido passam a ser realimentadores do processo, estimulando os grupos a desenvolver novas ações.

Uma outra opção seria a implantação da AÇÃO COMUNITÁRIA através de qualquer um dos demais programas do MOBREAL.

Diferentemente do PRODAC, os programas têm um conteúdo específico a ser oferecido à clientela, em função de seu interesse.

A clientela, à medida que é ouvida, passa a ter também oportunidade de participar, elaborando o diagnóstico de suas necessidades/expectativas naquela área específica de seu interesse, partindo para a ação. A tendência é que o trabalho extrapole a sua limitação inicial e vá se expandindo na busca de resposta a novas expectativas/necessidades.

Esses pequenos "núcleos de ação comunitária" começam a ter objetivos mais amplos, a se inter-relacionar, a se integrar constituindo novos grupos, a se fazer presente em grupos comunitários de maior amplitude de ação, através de seus representantes.

Na medida em que a ação se expande geograficamente e o nível de complexidade aumenta, a inter-relação com as lideranças institucionais locais e com as diversas entidades se torna imprescindível.

Poderá surgir, no decorrer desse processo, a exigência de uma maior sistematização do trabalho da ação comunitária, sistematização essa que o PRODAC tem melhores condições de realizar. Essa sistematização evidentemente, pode ser obtida, também, através dos demais programas, com grande força motivadora na comunidade.

A combinação adequada dessas várias "modalidades de implantação" a nível de UF, considerando a realidade de cada um de seus municípios e os recursos humanos de que dispõe, é fator fundamental para um trabalho de AÇÃO COMUNITÁRIA desenvolvido a nível nacional, em grande número de municípios/localidades, a curto prazo.

Em relação à metodologia a ser utilizada

O MOBREAL, ao propor que o trabalho de AÇÃO COMUNITÁRIA seja iniciado a partir de seus programas, não se restringe a uma única metodologia. A expectativa, pelo contrário, é de que surjam algumas linhas metodológicas, decorrentes, de um lado, da aplicação prática daqueles referenciais teóricos que embasam qualquer trabalho de AÇÃO COMUNITÁRIA feito de modo educativo,

e, de outro lado, da metodologia específica de cada programa e de sua adequação à realidade dos grupos envolvidos.

Exemplificando, é possível que um trabalho de AÇÃO COMUNITÁRIA desenvolvido a partir de determinada classe do PAF, se inicie por um diagnóstico calcado em discussões em torno de uma palavra geradora que desperta grande interesse. Se o for a partir de atividades culturais será, provavelmente, calcado em grupos voltados para teatro, folclore, organização de festas populares ou a partir do pequeno jornal editado pelo Posto Cultural.

Conseqüentemente, o tratamento dado a esses grupos deve diferir, porque a sua própria natureza e o motivo de sua formação diferem.

Assim, da inter-relação entre as propostas elaboradas pelas Gerências e sua operacionalização a nível das COEST/COTER/COMET será possível construir um corpo metodológico ou conjunto de metodologias consistente mas flexível, que permita as adequações às realidades locais.

4.4. Sugestões para o desenvolvimento de táticas operacionais com vistas à implantação/implementação do trabalho de AÇÃO COMUNITÁRIA.

SUGESTÕES DE ORDEM GERAL

- Dinamizar/ampliar a AÇÃO COMUNITÁRIA já desenvolvida pelos diversos programas:

- . buscando mecanismos mais eficazes de integração dos programas, uma vez que todos têm sua especificidade, mas estarão voltados para um trabalho de AÇÃO COMUNITÁRIA.
 - . estimulando a polivalência do corpo técnico;
 - . canalizando para a AÇÃO COMUNITÁRIA todas as iniciativas educacionais do MOBREAL, tais como Associações de alunos e ex-alunos, grupos teatrais e folclóricos, feiras culturais e de profissionalização, eventos cívicos e religiosos, festas etc.;
- Aproveitar as Campanhas que foram lançadas nas diversas áreas (saúde, nutrição, habitação, divulgação), procurando, através delas, formar grupos que passem a desenvolver ações de cunho mais permanente, até se constituírem em grupos de AÇÃO COMUNITÁRIA.
- Maximizar os recursos físicos existentes, aproveitando-os para o trabalho de AÇÃO COMUNITÁRIA, ex.:
- . os Postos Culturais, que ao serem utilizados como local de reunião dos grupos podem evoluir para "Postos Comunitários", assim como, em certa medida, os Mini-Postos e as Tendões da Cultura;
 - . as Mobraltecas podem ser utilizadas como motivadoras para a realização de atividades que envolvam a população em torno de objetivos comuns e para a formação de grupos que podem ser trabalhados posteriormente;
 - . as feiras culturais e de profissionalização podem ser utilizadas da mesma forma que as Mobraltecas.
- Divulgar, nos municípios vizinhos, o trabalho de AÇÃO COMUNITÁRIA que vem sendo desenvolvido, principalmente através de reuniões dos líderes desses municípios com membros de grupos comunitários já existentes, que serão os melhores multiplicadores das atividades realizadas.
- Buscar o trabalho conjunto com outras entidades, preservando, porém, aqueles princípios que orientam o trabalho educativo do MOBREAL.

- Buscar, a nível de planejamento global, a participação de toda a organização e da população, através inicialmente da COMUN e, se possível, dos grupos existentes. Tal planejamento, resultado de negociações dos Agentes do MOBRAL-principalmente dos SA - com os municípios, possibilitaria:

- . implantação mais adequada dos programas e estabelecimento de metas mais reais;
- . incorporação de conteúdos locais e possibilidades de formas próprias de operacionalização, que resultariam em maior adequação à realidade.

SUGESTÕES RELACIONADAS COM A FORMAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO/CONSOLIDAÇÃO DE GRUPOS
--

- Aproveitar todos os grupos formados pelo MOBRAL, ou já existentes na comunidade, desenvolvendo um trabalho que os leve a se constituírem, progressivamente, em grupos de AÇÃO COMUNITÁRIA.
- Estimular o surgimento de novos grupos - de bairro, de localidade, de categorias profissionais - oportunizando a integração aos já existentes.
- Buscar a permanência dos grupos formados e seu crescimento como grupos ativos, estimulando:
 - . a participação cada vez maior na solução de seus problemas;
 - . o desenvolvimento de atividades de AÇÃO COMUNITÁRIA cada vez mais amplas;
 - . a sua organização na forma de Conselhos Comunitários, Associações, Cooperativas, etc.;
 - . a administração cada vez mais autônoma das ações desenvolvidas;
 - . o processo de crescimento que os levará à autodeterminação através de um reforço técnico contínuo.

SUGESTÕES RELACIONADAS COM OS "AGENTES" E SUA CAPACITAÇÃO

- Buscar a qualificação adequada dos recursos humanos envolvidos no processo, em todos os níveis, por ser fundamental ao desenvolvimento do trabalho. Nesta capacitação são pontos importantes:

- . maior polivalência possível dos técnicos (em relação aos programas do MOBRAL);
- . ênfase nos conteúdos relativos à AÇÃO COMUNITÁRIA;
- . adequação da metodologia utilizada, nessa qualificação, aos pressupostos da Educação/AÇÃO COMUNITÁRIA;
- . utilização de todos os mecanismos de capacitação do MOBRAL para o treinamento, a curto prazo, dos "Agentes" de campo.

Obs.: São aqui considerados Agentes: num primeiro nível, os alfabetizadores, monitores, professores, porque têm contato direto e cotidiano com a clientela; num segundo nível os encarregados e demais membros das COMUN, bem como os representantes de GAC e GAL - a nível local e municipal; finalmente, como Agentes externos mais próximos das comunidades, os Supervisores (SA,SE,ST) e Auxiliares Comunitários.

SUGESTÕES RELATIVAS AO FUNCIONAMENTO DA ORGANIZAÇÃO

- Adequar o inter-relacionamento dos diversos níveis do MOBRAL às características do trabalho de AÇÃO COMUNITÁRIA em desenvolvimento. Assim, há uma tendência a:

- . maior autonomia das COEST/COTER/COMET no estabelecimento

de suas estratégias e metas e na escolha das linhas metodológicas a seguir;

- . maior participação das COMUN e dos grupos na escolha dos programas que serão trabalhados, no estabelecimento de metas e na adequação local dos programas/projetos/atividades.

- Buscar novas formas de funcionamento das COMUN, nesse primeiro momento, enfatizando:

- . o seu papel de Agente;
- . a mudança de atitudes e modo de trabalhar implícitos na proposta de Educação através da AÇÃO COMUNITÁRIA;
- . a importância da participação de entidades, lideranças locais e população no trabalho do MOBREAL;
- . a responsabilidade na definição de linhas de trabalho para o seu município;

- Adequar o papel do SUSUG à linha de AÇÃO COMUNITÁRIA adotada pela organização, implicando em:

- . redistribuição de supervisores;
- . alterações em sua sistemática de trabalho, tais como, reuniões com a COEST, periodicidade e duração das visitas aos municípios etc.;
- . mudança do tipo de abordagem feita em relação às comunidades e seus líderes, para uma linha muito mais participativa;
- . reestudo do seu papel, agora como Agente de um trabalho de AÇÃO COMUNITÁRIA, mantendo, porém, suas características básicas de elemento equilibrador do sistema, na medida em que garante a adequação de metas e a qualidade do trabalho, de elemento de comunicação do sistema, na medida em que se constitui no principal canal de

circulação de informações e de elemento integrador do sistema, na medida em que promove, a nível de comunidade, a integração de objetivos, conteúdos e atividades da organização.

Esse documento não contém idéias conclusivas sobre a AÇÃO COMUNITÁRIA no MOBREAL. Ele representa uma proposta de trabalho aberta a todos que, em vários níveis, integram a organização, com vistas a uma real participação.

Ao longo do caminho, conceitos, pressupostos e práticas aqui inicialmente expressos se transformarão no corpo metodológico que vai orientar a ação no campo, onde se vivencia comunidade.

Esse documento é mais que tudo uma oportunidade para que muitos reflitam, porque no processo educacional só isso enriquece conteúdos, define objetivos e aponta caminhos.

Bibliografia

- . Referenciais Básicas da DEAC para uma Proposta de Educação e Ação Comunitária - MOBRAL/Diretoria de Educação Ação Comunitária - 1979.
- . Limites e Possibilidades dos Programas frente à proposta de Educação e Ação Comunitária - GEPED/CECUT/GEPRO/GEPAC/GEPES/Tecnologia de Escassez - MOBRAL/Diretoria de Educação e Ação Comunitária - 1979.
- . Estratégias das Gerências para 1980: GEPED/CECUT/GEPRO/GEPAC/GEPES/Tecnologia de Escassez - MOBRAL/Diretoria de Educação e Ação Comunitária - 1979.
- . Estratégia do SUSUG para 1980: MOBRAL/SUSUG - 1980.
- . Módulo de Ação Comunitária/GEPAC/MOBRAL - 1979.
- . Ação Comunitária: lugar privilegiado da prática educativa - GEPAC/MOBRAL - 1980.
- . Manual do Supervisor - MOBRAL/SUSUG - 1979.
- . Encontro Nacional de Coordenadores - maio/1980.



Claudio Moreira

1982 E OS COMPROMISSOS DO MORRAL

O ano de 1982 é o nosso tema e o nosso futuro mais próximo.

Durante os últimos nove meses, o MORRAL, após a mudança de administração, vem vivendo um intenso e não menor extenso trabalho de reorientação de objetivos, de reestruturação e de redimensionamento em todos os seus níveis.

Falamos, discutimos e tomamos decisões sobre seus programas, seu funcionamento, sua estrutura, seus recursos, seus resultados, seus relacionamentos, até chegarmos a este final de ano com os posicionamentos básicos definidos para 82. Durante todo este período, não medamos esforços, apesar da exiguidade de tempo, em visar as nossas estruturas estaduais, regionais e locais, tentando garantir um planejamento o mais possível enraizado nas múltiplas realidades que compõem e caracterizam este nosso imenso país.

Junto com o MEC, mais especificamente com a Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus, compatibilizamos nossos programas às novas prioridades e diretrizes educacionais, notadamente as referentes à educação básica e ao desenvolvimento cultural.

Com uma receita orçada em Cr\$ 9.600 milhões, 95% provenientes da captação de recursos do Imposto de Renda de pessoas jurídicas, vamos em 82 atingir, no Programa Pré-Escolar, 480 mil crianças de quatro a seis anos, além de 140 mil outras que serão atendidas mediante convênios assinados, em novembro passada, com órgãos dos sistemas estaduais de ensino.

No Programa Supletivo, cerca de 1.700 mil adolescentes e adultos que serão atendidos em diversos programas (alfabetização, educação intertrajada, autodidatismo, profissionalização).

Isto tudo sem contar com os projetos de planejamento familiar e convênios

especiais, bem como o Programa de Desenvolvimento Cultural que visa a valorizar a cultura local em mais de 3 mil de nossos municípios.

Essas são as ofertas educacionais do MORRAL que, se, por um lado, têm características específicas que as identificam em programas, por outro, têm, necessariamente, um compromisso com a integração e a globalização, quando em execução face a face com os "conhecimentos", com os "fenômenos", com a "realidade".

Assim, quando um Núcleo de Educação Pré-Escolar passa a atender crianças de quatro a seis anos de uma comunidade de baixa renda, esse fato não pode, e não deve, ser visto isoladamente. As pessoas vinculadas a estas crianças passam a ser "parte" desse fato.

Não é lógica nem justa a dispersão de novas ofertas educacionais. O compromisso com a metodologia da ação comunitária não pode permitir que se deixe de lado, por exemplo, a continuidade do trabalho com o neo-alfabetizado, que se grupou e cresceu com o seu grupo.

A globalização e integração das ações do MORRAL não será, portanto, um mero conceito metodológico e, muito menos, uma simples intenção teórica. Será, sim, uma prática que se iniciou no planejamento e se realizará na execução, no acontecimento, no real.

Entretanto, ainda que tenhamos abordado diversos tópicos, não falamos do principal, do fator que, ao mesmo tempo, justifica e vitaliza a existência do MORRAL.

Neste momento, é importante que caracterizemos duas figuras distintas. Uma delas, a Fundação MORRAL, que emprega, diretamente, 3 mil pessoas em

tudo o País, e a outra, o Movimento Brasileiro de Alfabetização, que mobiliza, diretamente, em nossos 4 mil municípios, mais de 150 mil brasileiros, trabalhando em caráter voluntário, percebendo, apenas, uma pequena gratificação pelos serviços relevantes que prestam.

Mas quem é esta gente que chamamos pelo nome geral de gente?

É a população localizada naquelas áreas mais pobres do País: nas áreas rurais, onde domina o minifúndio asfixiante, o latifúndio predatório e, mais recentemente, empresas ruins; e nas periferias urbanas, cinturões de miséria que cercam as metrópoles e os grandes centros urbanos.

tendência



uma verdadeira luta pela sobrevivência.

É esta a população que compõe a faixa marginal da nossa sociedade, sujeita a todos estes violentos mecanismos de opressão e discriminação social, que inviabilizam muitos de viver mais dignos. Mecanismos que embolam a capacidade de pensar e agir por conta própria, levando à submissão, à passividade e ao quase silêncio, gerando uma sensação de impotência e de incapacidade de mudar alguma coisa.

É a parcela de brasileiros que, apesar dos esforços dos governos, vive na cultura do silêncio.

É, com esta gente e para esta gente que o MORRAL trabalha, através de uma pedagogia participativa, buscando propiciar o surgimento de uma consciência crítica, de modo a que essas pessoas possam sair do seu silêncio, encontrar sua própria voz e converter-se em sujeitos conscientes e capazes de converter melhor com sua realidade e suas limitações e de um modo a tentar algumas mudanças na sua condição de vida.

São esses os compromissos do MORRAL. São esses os compromissos de cada um de nós.